

O Direito à Ambiências Urbanas: Reflexões Sobre Design e Carnaval

Rafaela Cristina de Oliveira;

Marina França Pereira;

Isabella Pontello Bahia

resumo:

O presente artigo tem como objetivo evidenciar fissuras na estrutura democrática da cidade de Belo Horizonte quanto ao uso de suas ambiências urbanas e, a partir destas, apresentar alternativas democráticas que possam ser pensadas por meio do design. Para tal, narra empasses vivenciados pelo povo em busca do direito de habitar os espaços públicos da capital mineira, *versus* barreiras invisíveis que dificultam e perturbam esse acesso, tendo em vista o conceito de ambiências apresentado por Cavalcanti e Elali (2011). Em ênfase, tem-se o carnaval de rua como manifestação popular que apresenta uma forma de se fazer política com uma estética específica que propõe reflexão quanto ao direito e poder do povo – conceitos apresentados pela construção teórica de Lefebvre (2001). Assim, evidencia-se a cidade no carnaval como espaço que abriga e concomitantemente é cenário de diversas vidas humanas, além de refletir as estruturas de poder existentes. Portanto, objetiva apontar as contribuições do design de ambientes para a criação de ambiências mais democráticas. O artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa intitulado “Discurso Político Urbano: relações entre o design e as ambiências de Belo Horizonte no carnaval de rua” que orientou-se pelo estudo de caso simples a partir de pesquisa qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica, *desk* e documental.

palavras-chave:

Ambiências urbanas; carnaval; cidadania; design.

1 Introdução

O design em sua configuração atual de importante área do conhecimento humano, moldou-se com a Revolução Industrial e a busca por união entre estética e aspectos funcionais. Sendo assim, no imaginário coletivo o design está relacionado à criação, desenvolvimento e especificação de produtos. Entretanto, o design tem uma estreita ligação com a vida humana de forma que, além da presença nos diversos objetos, utensílios, ambientes e vestimentas, também compreende linguagens, norteia serviços e direciona processos nas mais diversas áreas (CARDOSO, 2012; BEZERRA, 2011). Cabe dizer que apesar da inicial orientação voltada ao desenvolvimento industrial, hoje é possível compreender que suas oportunidades de ação estão relacionadas majoritariamente às demandas do ser humano. Para tal, o escopo de sua atividade sofreu, e sofre, alterações, o que além de possibilitar mais visibilidade, responde também a um maior impacto social do design (FLUSSER, 2007; LIPOVETSKY, 2004).

Dessa forma, se faz cada vez mais necessário o estabelecimento de um design consciente que apresente projetos concretos para a solução de problemas sociais e ambientais (BEZERRA, 2011; BATISTA, 2018). Tendo em vista o caráter multidisciplinar da formação em design, seu estudo capacita profissionais para servir a todas as áreas da sociedade, por intermédio de seu amplo e flexível conjunto de *expertises*. Assim, vislumbra-se para este design contemporâneo conglomerar o design para todas as pessoas. Trata-se de um design consciente, político, com interferência e real impacto para amenizar dores causadas por conflitos sociais típicos da atualidade, tendo em vista que o mundo está caracterizado por disputas econômicas e desigualdades, convocando os designers à projetar soluções para as mais diversas realidades (CARDOSO, 2012).

Partindo da perspectiva que coloca o design em uma posição de observador e agente de transformação para uma série de questões relacionadas à sociedade, evidenciam-se as cidades como espaços que abrigam e concomitantemente são cenários de diversas vidas humanas, além de refletirem e instigarem as estruturas de poder que se dão dentro dela (LEFEBVRE, 2016; LYNCH, 2010; D'ARC; MEMOLI, 2012; GEHL, 2014). Para isso, vislumbra-se a cidade como o objeto de estudo, em um sentido amplo, que também incorpora as relações extremamente complexas que nela se externalizam. Dessa forma, ter a cidade como temática central de uma ação de design corresponde a dar formas às vivências - formas estas que não se resumem na fisionomia, mas na construção de sentido. Entende-se que o design é capaz de contribuir para a construção do pertencimento dos indivíduos em relação ao espaço urbano.

Vê-se as cidades como cenários privilegiados onde os conflitos se manifestam, existindo assim grandes possibilidades de transformação. Por isso, o presente artigo mostra-se como um ensaio que pretende pontuar os conflitos existentes entre a população e o espaço urbano, no que se refere às fissuras democráticas deste espaço. O objeto de estudo será a cidade de Belo Horizonte e o pano de fundo que se apresenta trata-se de como seu processo de construção interferiu no sentimento de autonomia espacial dos moradores em relação às ambiências urbanas, resultando em um possível distanciamento entre homem e cidade.

Um dos formatos de reivindicação e, neste artigo um recorte das manifestações artísticas e culturais de Belo Horizonte de cunho político, é o carnaval de rua. Dessa forma, será apresentado como a festa popular transformou-se em um meio de reivindicação do direito à cidade - previamente segregada - bem como o design pode interferir na construção de cidades mais democráticas. Vislumbra-se a relevância da reflexão sobre as organizações atuais das cidades, suas ambiências urbanas e os seus reais espaços políticos - não das políticas públicas geridas por representantes, mas sim da política do cotidiano, vivenciada e construída diariamente por todos os cidadãos como forma de expressão e de movimentação da cena cultural de cada cidade (CERTEAU, 2012).

Tal abordagem também pauta-se na fala de David Harvey em “Cidades rebeldes” (2012), na qual o mesmo evidencia a importância das pessoas serem responsáveis pela construção do espaço no qual irão viver. Para tal, propõe-se a associação do design com a política e a organização da sociedade, de forma a identificar contribuições do design para as ambiências urbanas.

O presente artigo apresenta-se como desdobramento do projeto de pesquisa intitulado “Discurso Político Urbano: relações entre o design e as ambiências de Belo Horizonte no carnaval de rua”, que teve seu início no ano de 2018 a partir de uma tímida observação da preparação para o carnaval de rua de Belo Horizonte do ano de 2019. Motivados pela data comemorativa, juntamente com inflames de cunho democrático, milhares de moradores se reuniram semanalmente para ensaios, *workshops* sobre instrumentos musicais e desenho de rotas, percursos e ações para o carnaval. Reuniões estas, como observado, que se espalhavam pela cidade e faziam uso e ocupação de espaços públicos de maneiras diversas - e ora inexistentes - aos habituais.

O projeto em seu caráter teórico e reflexivo, teve início com o entendimento das ambiências urbanas de acordo com a perspectiva do design, desenhando as linhas entre público e privado, além de observar o espaço como condicionante do comportamento humano. Tratou-se de uma etapa metodológica de revisão de literatura, construção de conceitos, pesquisa *desk* e documental. Partiu-se então, para o esclarecimento dos cenários sociais a partir das manifestações culturais, bem como, a ocupação da cidade, chegando às contribuições que o design pode fazer no que tange a exposição das pessoas acerca do sentimento de pertencimento no espaço, com o intuito de evidenciar os seus objetivos e as suas vozes. Dessa maneira, apresenta-se sua relevância na iniciativa de compreensão e otimização de práticas de uso e ocupação do espaço público no contexto contemporâneo. Para isso, tem como pilar de análise o design - área do conhecimento que propicia uma interpretação abrangente, compreendendo as questões simbólicas, imagéticas, psicológicas e políticas relacionadas às ambiências urbanas.

De acordo com Murilo de Carvalho (2002), a cidadania está relacionada ao exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais de forma a combinar liberdade e participação. A etimologia da palavra vem do latim *civitas*, ou seja, cidade – o cidadão seria aquele que, ao habitar uma cidade cumpria os seus deveres e configurava-se como uma pessoa de ação. Não basta estar na cidade e sim, agir na cidade. O design ao se responsabilizar em tornar as ambiências urbanas mais democráticas observando e atuando no espaço, de forma a moldar a relação entre indivíduo e cidade, propõe um exercício de cidadania – ou seja, uma reflexão acerca de como garantir os direitos, a liberdade, assim como o bem estar de seus habitantes.

2 As ambiências urbanas de Belo Horizonte

Por volta de 1785, a economia mineira começava a estagnar com a decadência do ciclo do ouro, crise que iria se desenrolar até meados de 1890. Predominava no estado a ideia de desarticulação territorial, dissociação entre o poder político e o econômico (ARRAIS, 2010). Em 1893, decide-se mudar a capital de Minas Gerais e o momento era oportuno para colocar em prática as concepções já presentes na elite mineira: o ideal de progresso e, Minas Gerais como ícone de uma modernização que se mostrou conservadora - mudança na qual crê-se que não há subversão do *status quo* e sim, alterações pontuais nas quais os fatores políticos e de mercado, superam as questões sociais (AGUIAR, 2006). Dessa forma, a modernização que ocorreu com a mudança da capital de Minas Gerais para a primeira cidade planejada do Brasil, foi orientada por um projeto político e econômico articulado pela elite mineira tradicional e emergente. Os setores subalternos da sociedade tiveram sua participação política e prática restringida, de modo que a construção de Belo Horizonte mostrou-se autoritária e elitista (AGUIAR, 2006).

Entre as elites intelectuais do país na segunda metade do século XIX, circulavam as ideias do pensamento positivista de Augusto Comte¹, o qual fundamentava o conhecimento humano em três etapas: o religioso, filosófico e o científico. Sendo assim, o ponto final da evolução humana seria o estado positivo - domínio da técnica, o homem se sobrepondo a natureza por meio do tecnicismo e cientificismo. Era esse o pensamento brasileiro no período da República Velha, no qual as elites queriam igualar o modo de viver das camadas mais altas ao padrão europeu e estadunidense (LOPES,

¹ Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798 - 1857): escritor, economista, filósofo, historiador e sociólogo francês, fundador da teoria positivista, entre outras ideias notáveis.

2010). De acordo com Le Goff (1997), tal ideal de progresso referia-se à transformação tanto material da sociedade quanto comportamental, referindo-se às condições sociais.

Aarão Reis², engenheiro responsável pela construção da nova capital mineira, foi influenciado pelo pensamento de Saint-Simon³, o qual afirmava que apenas o progresso científico e técnico iria assegurar a prosperidade na França. Belo Horizonte então, foi inspirada nos modelos urbanísticos de Washington de L'Enfant (1791) e na Paris de Haussmann (1852) e procurava estruturar não somente o urbanismo da nova cidade, mas também a vida social, econômica, militar e política da “nova sociedade”, que seria estruturada a partir dos princípios positivistas, modernistas e republicanos. O objetivo era transformar a massa tida como ignorante, com herança escravocrata em uma população urbana pautada em padrões técnicos avançados, de infraestrutura sofisticada e desenvolvida. Seriam adquiridos novos hábitos de morar, circular, comportar, novas relações sociais das quais a sociedade, que previamente ocupava o espaço, tida como suburbana, seria afastada (AGUIAR, 2006).

As casas que ocupavam o perímetro urbano previamente à construção da nova capital foram demolidas, a população dali deslocada e mantida fora do novo planejamento urbano - que seria proposto apenas para a elite. Tratava-se de uma manobra de higienização urbana e social (SALGUEIRO, 1997) com o intuito de eliminar do espaço os vestígios da antiga cidade, sociedade, e antigos modos de se viver. O espaço não planejado, orgânico daria espaço ao estabelecimento de um planejamento que promovia o útil, o belo, a técnica e o novo modo de pensar inspirado em preceitos iluministas de racionalidade e evolução, a ciência humana subjugando a natureza.

Belo Horizonte surgiu como um ícone de urbanização, modernização, e berço de uma nova sociedade. A disposição das construções ao longo do espaço urbano foram uma alegoria da hierarquização social visto que, a ordenação dos espaços de poder promoveu a representação dos espaços sociais das elites econômicas, burocratas e antigos moradores de Ouro Preto. A cidade planejada dentro da Avenida do Contorno, com seu aparato técnico de infraestrutura para garantir a boa instalação dos novos moradores, foi pensada na elite política de Minas Gerais, os funcionários públicos e burocratas, elite econômica e grandes proprietários de terra. Os antigos moradores do Curral del Rei, tiveram suas casas apropriadas e sua presença, tida como signo de atraso. Considerados não dignos do novo traçado urbanos, os antigos moradores foram restritos a área suburbana da cidade, surgindo, ainda no seu planejamento, as primeiras periferias da nova capital.

O território urbano da capital de Minas Gerais surgiu como símbolo de modernização. O urbanismo da capital foi pensado para poucos. A história do espaço urbano de Belo Horizonte foi marcada, ao longo dos anos, por disputas quanto à apropriação do espaço público. Em relação à direitos, o geógrafo britânico David Harvey (2012) discute como o direito à cidade vai além da liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos e abarca o direito de mudar, os próprios cidadãos, a cidade na qual moram. Isso tendo em vista que, segundo ele, vivemos em cidades cada vez mais segregadas e propensas à conflitos, tornando difícil de sustentar ideias de identidade urbana, cidadania e pertencimento.

O ambiente urbano compreende um ecossistema complexo e mutável o qual é palco e espaço para as vivências humanas. Destaca-se o direito à cidade, que é cabível em todos os direitos do ser humano como a educação, a saúde, a moradia, a mobilidade, a segurança e a qualidade de vida (LEFEBVRE, 2001; LYNCH, 2010). Questões que apesar de facilmente serem tangibilizadas em espaços físicos (escolas, hospitais, casas, indústrias, bancos, igrejas) abrem-se para a cidade (mobiliário urbano, praças, parques, instalações efêmeras, transporte público). De acordo com Gehl (2013), as cidades são como livros, que podem ser lidas, em uma análise pós construção. Nesta mesma ótica, e com a inserção do design, é possível destinar além do leitor, um coautor para essa obra que, pelo princípio de ser para todas as pessoas, pode ser escrita por várias mãos.

² Aarão Leal de Carvalho Reis (1853-1936): engenheiro e urbanista chefe da comissão construtora responsável pelo desenvolvimento da nova capital de Minas Gerais.

³ Claude-Henri de Rouvroy (1760-1825): engenheiro civil, filósofo e urbanista francês fundador do socialismo moderno.

Assim, crê-se que um possível impacto do design para os ambientes urbanos está na transformação de não-lugares em lugares a partir do atendimento das necessidades dos usuários no que tange a interface usuário - ambiente (BAHIA, 2017; CAVALCANTI; ELALI, 2018).

Para tal, pode-se compreender que a palavra lugar, trata-se de um espaço ocupado e próprio para determinado fim. Para Bartoly (2011), forma-se um lugar quando se atribui sentido aos espaços (os não-lugares) e tem-se legitimidade para executar ações, expectativas e possibilidades. A partir do momento em que se afirma “esse lugar é de alguém ou algo”, a condição de espaço é extrapolada e se atribui um sentido cultural, subjetivo e de propriedade para definir um lugar. Portanto, um lugar pode ser um espaço dotado de significado e carga simbólica, ao qual são associadas imagens, percepções e sentidos. Segundo Souza (2016), o lugar é um espaço vivido e a imagem que se tem sobre ele é criada de fora para dentro, com base em uma vivência ocorrida até mesmo de forma esporádica.

De acordo com Moreira (2007), lugar configura-se como uma rede formada pelo conjunto de horizontalidade (ligações em um espaço) e verticalidade (fluxos de produtos e informações). A interseção de ambas as redes forma-se o lugar que torna-se cenário para as complexas relações estabelecidas entres os habitantes de determinado local. O conceito também engloba as alterações que acontecem no lugar de acordo com as transformações políticas e econômicas (BARTOLY, 2011) de forma que, o espaço encontra-se submetido às relações sociais que nele são estabelecidas. O lugar portanto, pode ser definido como um espaço vivido carregado de afetividade e significados. De acordo com o antropólogo Marc Augé, os vínculos sociais e culturais constituem espaços existenciais de profunda relação com o indivíduo e o mundo que o cerca.

Essa vivência, o experimento de um conjunto de situações e até mesmo a percepção de uma paisagem, pode classificar o que se chama de ambiência. De acordo com Cavalcante e Elali (2018, p.14), “a ambiência coloca o observador exatamente dentro do mundo que ele percebe, e confere mais importância ao envolvimento do que a relação de exterioridade.”

Ainda segundo as autoras, a ambiência coloca o ser humano em contato com a globalidade de uma situação, e se encaixa em dispositivos construídos (edificações), em qualidades ambientais (fenômenos sensíveis) e em ações em curso (atividade prática). O ser humano se envolve na situação, experienciando a ambiência. Para Dewey (1993), a situação constitui a unidade de base de toda a experiência, e pode ser definida como um “mundo ambiental experienciado”. Questão que favorece a apropriação das pessoas pela cidade e, além disso, a percepção de valor sobre um processo de design no qual há vivência da experiência. É uma forma de quebrar as barreiras urbanas impostas por um planejamento autoritário e impositivo que, desconsiderou as diferentes vivências e formas orgânicas do espaço que já existia.

Partindo do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, todos os cidadãos são iguais perante a Lei com direitos garantidos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Temos ainda direito a livre manifestação do pensamento, a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Movimentos como o Carnaval de Rua, por exemplo, além de estarem assegurados como manifestação cultural livre, funcionam como ferramenta de dissolução das barreiras urbanas observadas por Harvey (2012), à partir do momento em que o espaço público utilizado apenas como corredor de passagem, passa a ser ponto de encontro de diferentes regiões, grupos sociais e pessoas que, devido à estaticidade da cidade, não se conheciam. A partir do carnaval de rua, aqui posto como recorte, as pessoas passam a ocupar o espaço urbano de forma livre e mais democrática.

3 Carnaval de rua e poder do povo

O carnaval é uma festividade cristã comemorada mundialmente. Ocorre antes do período litúrgico denominado quaresma e trata-se de um momento de permissão religiosa para que os fiéis comportem-se de acordo com seus desejos. São realizados bailes, desfiles, adoção de trajes e personalidades diferentes do cotidiano, envolvendo elementos circenses, máscaras e festas em espaços públicos. É o momento de expressão de individualidade, experimentar a vida social sem contratos previamente estabelecidos (SANTOS, 2016).

No Brasil tornou-se a maior festa popular do ano e, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2018 movimentou 6,25 bilhões de reais, envolvendo 11 milhões de turistas segundo o Ministério do Turismo. Foram geradas 19,3 mil vagas de trabalho temporário. Minas Gerais ocupa a terceira posição quanto à maior volume de recursos investidos e gerados durante o festejo - movimentação de 567,6 milhões de reais. Na capital mineira a festa acontece desde 1897 e recebeu destaque em 2017 ao ter o maior carnaval de sua história e o terceiro maior do Brasil, de acordo com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O Carnaval em Belo Horizonte teve seu início no fim do século XIX organizado por sociedades carnavalescas responsáveis por preparar os grandes desfiles que ocupavam, em sua maioria, a Avenida Afonso Pena - corredor principal do centro da cidade. A festa permaneceu com tal formato até os anos 90, quando começou a ser ofuscada por outras capitais como Rio de Janeiro, que ofereciam desfiles de maior porte e público. Segundo Pereira Filho (2006), além do objetivo lúdico e festivo, o carnaval era utilizado como momento de inserção social por parte das camadas da sociedade que se sentiam excluídas ao processo de modernização da nova capital.

A partir dos anos 1940, a festa momesca mineira começou a perder dimensão e importância tendo em vista o crescimento e atrativos do carnaval do Rio de Janeiro que redirecionou o público durante tal período do ano. Belo Horizonte passa a se esvaziar durante o período do carnaval bem como todo o estado de Minas Gerais, que adquiriu o símbolo de paz e tranquilidade durante tais festividades. Entretanto, desde o início dos anos 2000 até os dias atuais, a cidade de Belo Horizonte passou por uma transformação histórica em seu carnaval (DIAS, 2015; BATISTA, 2018) e em 2000 surgiram alguns blocos que reiniciam as atividades carnavalescas da capital. Mas, apenas em 2010 Belo Horizonte voltou a ter uma carnaval com números expressivos em relação à outras cidades do país, que transformam a história carnavalesca da cidade.

Tal transformação se deve, inicialmente, ao desejo dos cidadãos de usufruírem das ambiências urbanas de maneiras diversas, dentre elas e em destaque, nas manifestações festivas, em aglomerações culturais e eventos musicais. Para tal, têm-se como marco dessa aspiração o decreto Nº 13.798 de 9 de dezembro de 2009, assinado pelo então prefeito Márcio Lacerda, que restringiu legalmente a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação pelo Poder Público municipal (BELO HORIZONTE, 2009). Como resposta foram criados três blocos carnavalescos e, em 2010, surgiram outros sete (DIAS, 2015), em forma de movimento reivindicatório de apropriação da Praça da Estação, conhecido como “Praia da Estação”. Considerado o embrião do carnaval de rua atual, que hoje movimenta um exponencial número de pessoas na capital mineira durante o período festivo, a manifestação foi convocada de forma independente e apartidária, uma reação da sociedade ante a proibição da utilização do espaço público.

Tratava-se do retorno do carnaval de rua de outrora que começou a agregar um número cada vez maior de foliões apenas com a iniciativa popular. De forma que, em 2017, a festa já superava em 30% o número de pessoas presentes na edição anterior além de contar com investimentos privados de natureza diversa, de acordo com dados divulgados pela Prefeitura Municipal. Segundo estimativas da Belotur⁴, tratou-se de uma movimentação financeira em torno de 1 bilhão de reais que atraiu 500 mil turistas - os quais desfrutaram de 350 blocos de rua e 416 desfiles. Para o presidente da Empresa Municipal de Turismo, Gilberto Castro, o carnaval de Belo Horizonte vem crescendo com qualidade, avanços em infraestrutura, limpeza, segurança e com programação para todos os públicos por meio da descentralização dos blocos.

O ressurgimento do carnaval de rua de Belo Horizonte apresentou-se com reivindicações acerca do livre uso do espaço público para manifestações políticas e culturais. Além desse tom democrático, a festa apresenta diversidade quanto à estilos culturais e musicais, além de celebrar a visibilidade LGBTQIA+⁵, bandeira levantada, à tom de exemplificação, pelo Bloco Então Brilha⁶ que

⁴ Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - Empresa que tem como missão, promover a capital mineira como polo de atrações turísticas com visibilidade nacional e internacional.
<<https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur>>

⁵ Sigla que agrega um grupo de pessoas que se reconhece por uma orientação sexual ou uma identidade de gênero diversa daquelas que a sociedade convencionou como únicas (orientação heterossexual; gêneros

completou 10 anos percorrendo a Avenida do Contorno na região da Lagoinha. "Precisamos de um mundo mais amoroso, que respeite as diferenças e onde permaneça a igualdade de direitos", disse Michelle Andreazzi, vocalista do bloco no ano de 2019. Trata-se assim, de um manifesto pelo direito de se apropriar das ruas com intuítos políticos, de forma democrática e inclusiva.

Justamente por contar com blocos de caráter reivindicatório, o carnaval de Belo Horizonte manteve a essência política presente em seu ressurgimento, em 2010. Há representatividade do movimento negro com blocos afro, movimento feminista e LGBTQIA+, bem como o surgimento de novos blocos que buscam ampliar o debate em relação a direitos civis, igualdade, representatividade e apropriação do espaço público em prol de manifestações artísticas e políticas, evidenciando a potência da festa como modificador social.



Figura 1 - Bloco “Então Brilha” na Avenida do Contorno, Centro.

Fonte: Uol Notícias, 2019.

À exemplo de tal engajamento inclusivo, o bloco Clandestinas surgiu dentro da Casa Tina Martins - local que acolhe mulheres vítimas de violência - e tem como principal motivação protestar contra a cultura machista e de violência de gênero. Segundo a estudante de psicologia Raíssa Bettineli, membro do bloco, o carnaval é uma plataforma a ser explorada para que manifestações políticas alcancem um grande número de pessoas justamente tendo em vista a grande quantidade de foliões. A igualdade de gênero e luta contra a violência à mulher também é tema dos blocos Sagrada Profana e Bruta Flor.

A face ideológica do carnaval impulsiona a movimentação popular em prol da manutenção da democracia em espaços públicos em uma cidade que, desde seu planejamento, foi pensada para camadas específicas da sociedade. Em “O direito à cidade”, o filósofo Henri Lefebvre (2001) elucida que, a manifestação de direitos superiores como liberdade, individualização e habitar, materializam-se na cidade e que, cabe à sociedade reivindicá-lo por meio da atividade participante de transitar livremente pelo espaço que ocupa.

masculino e feminino). O termo LGBTQIA+ corresponde à, respectivamente: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexo, assexual e outras possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero.

⁶ Site oficial de apresentação do Bloco “Então Brilha” <<https://pt-br.facebook.com/pg/entaobrilha/about/>>

O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo”. À essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

A Doutora em psicologia Sylvia Cavalcante em "Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente" (2018), elucida-nos que a forma de perceber o ambiente e vivenciá-lo, está estritamente ligada à forma como nos sentimos em relação ao mesmo. Assim, o olhar se volta para o fato de que, pessoas se apropriando do espaço e vivenciando o mesmo, muito nos diz sobre como as mesmas sentem em relação à cidade. O folião durante o carnaval, portanto, experimenta a cidade de uma forma lúdica e descontraída, apropriando-se dos espaços públicos que por vezes, durante o cotidiano, não seriam ocupados. Segundo Sánchez (1999), o carnaval configura-se como uma ação de comunicação e familiarização das pessoas com o ambiente, resgatando elementos da cidade que durante o cotidiano, perdem-se. Sobre isto Zygmunt Bauman (1925-2017) declara:

É nos locais públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue das outras formas de convivência humana atingem sua mais complexa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos (BAUMAN, 2009, p. 70).

Percebendo que a democracia é o poder do povo e que o direito de uso das ambiências urbanas só se dá a partir da existência de liberdade para tal. Clarifica-se o entendimento de que só se alcança a democracia, praticando a democracia. Para Canuto (2016), de um lado tem-se a democracia direta não pautada em mediadores e parte do princípio em que se atua diretamente no espaço. Do outro lado, com a descentralização do poder, organizado em diversas representações políticas que se influenciam mutuamente, têm-se as tomadas de decisões do Estado passíveis de barganha e influência.

Dewey diz em “A democracia radical” (1937), que a democracia não significa apenas o que se alcança no fim, visto que até mesmo as ditaduras se denominam dessa forma quando afirmam garantir a segurança para os indivíduos e oportunidade para seu desenvolvimento pessoal. Os meios aos quais ela se dedica são às atividades voluntárias dos indivíduos ao invés da coerção; são assentimentos e consentimento ao invés de violência; são a força da organização inteligente versus aquela da organização imposta de fora e de cima. Canuto (2016) define o “povo” pela expressão “vida nua”. Para o autor, o povo não é reconhecido pelo Estado e não está à margem, mas sim fora de qualquer possibilidade.

Dessa forma, o carnaval de rua em Belo Horizonte passou a ser símbolo da reivindicação popular do direito à cidade, à ocupação do espaço público para fins políticos e culturais. Além das instituições tradicionais de poder, a democracia pôde ser moldada pelo apelo popular que a utilizou como ferramenta de empoderamento e reivindicação de direitos.

4 O design para ambiências democráticas

O designer propõe soluções responsáveis por aprimorar a condição humana quanto a comunicação, espaços e objetos. É função do designer estudar a complexidade das atividades a serem realizadas, projetar e conceituar de forma a interferir na interpretação e no sentimento pertencimento da população com a cidade (CARDOSO, 2012). Tendo em vista o caráter multidisciplinar do design, bem como a sua capacidade de encontrar respostas inteligentes para problemas complexos (CARDOSO, 2012; BEZERRA, 2012), surge na figura do designer o profissional capaz de conectar tais ideias

efervescentes e presentes nos grandes centros urbanos de forma que desenhe relações mais harmônica entre os cidadãos e as cidades e, assim, promova ambiências.

Para tal, de acordo com os urbanistas dinamarqueses Jan Gehl, Lars Gemzøe e Sia Karnaes (2006), um dos critérios para se identificar um bom espaço público é a agradável experiência sensorial proporcionada por aspectos naturais, bem como construtivos - mobiliário urbano cômodo, acabamento de qualidade e design harmônico com a ambiência urbana de forma que as pessoas tenham uma sensação prazerosa. É justamente essa empatia que Jan Gehl (2018) acredita ser necessária em uma cidade constantemente em construção e que deve, segundo ele, ser construída para as pessoas se relacionarem de forma harmônica entre si e com o espaço. Segundo o mesmo, a cidade viva emite sinais amistosos e acolhedores, promovendo principalmente integração social e define uma vida urbana rica como aquela feita de convites de lazer e entretenimento nos espaços públicos utilizados de forma coletiva e democrática, algo que iniciativas de design começam a trabalhar no momento em que ressignificam o espaço e seus usos. Em complemento, segundo Maricato (2007), a cidade delimita muito bem onde o cidadão deve estar, tendo em vista barreiras geográficas e, principalmente, socioeconômicas. O conflito, portanto, é entre a cidade estática e segregadora, e o cidadão que se vê preso, carente de ferramentas transformadoras.

Assim, a conexão do design com o ambiente urbano surge de forma direta e projetual a partir do momento em que as cidades são pensadas e projetadas para as pessoas (LYNCH, 2010; D'ARC; MEMOLI, 2012). De acordo com Gehl (2013) trata-se de uma realidade pós modernista pois, tal estilo prezava pelo distanciamento das habitações dos centros urbanos o que resultava em situações nas quais havia pouca conexão entre forma física das cidades e comportamento humano.

Sendo assim, o Design é visto como uma possível ferramenta de transformação a partir do momento que promove a discussão em relação ao direito à cidade e a relação dos cidadãos com o espaço. Entretanto, as relações entre o design e a cidade são estudadas há bastante tempo e dialogam, em sua essência com a arquitetura (LYNCH, 2010; MONTANER; MUXÍ, 2014). Apesar de os papéis da criação estarem parcialmente definidos, a interpretação e a confecção de discursos posteriores, que analisam os impactos e novas atuações, costumam ocorrer de forma oblíqua. Assim, é relevante sinalizar que ainda que o design relacione-se com a forma visual das cidades, é possível realizar o olhar ampliado sobre este campo. Ou seja, a conexão do design com o ambiente urbano pode ser política; direcionada aos serviços e às relações humanas em contrapartida a abordagem convencional, direcionada à fisionomia estética.

Destaca-se ainda questões éticas reflexivas tais como, a imprescindibilidade de se construir um design para ambiências crítico e humanista que ultrapasse o consumo e a especulação das indústrias de construção. Vislumbra-se a compreensão de um design que tenha uma função social evidente a favor do meio ambiente, da igualdade e da liberdade.

5 Considerações finais

O caráter multidisciplinar do Design é aplicado para estabelecer comunicações, estratégias de negócios, ambientes e, como proposta desta pesquisa, amenizar os conflitos existentes no ambiente urbano. Tal ideia surge a partir da percepção de como as pessoas ocupam de forma distinta os ambientes públicos no período do carnaval. A partir de revisão bibliográfica, foram trazidos à luz da teoria conceitos em relação ao desenho e construção das cidades que deixam explícitas as relações conflituosas entre espaço público e privado, além de como tais barreiras aumentam o sentimento de não pertencimento à cidade, gerando abandono, violência e consolidando um modo de vida individualista e não cooperativista.

Para tal é possível identificar contribuições que o Design pode proporcionar às cidades por meio de iniciativas que buscam transformar de forma direta a ambiência pública e tornar menos conflituosa a convivência de diferentes grupos sociais que utilizam o mesmo espaço. Isso tendo em vista que, o processo de urbanização do Brasil foi marcado por constantes disputas entre grupos socioeconômicos e étnicos distintos que tinham interesses conflitantes. Tais disputas permanecem com roupagem contemporânea, apresentando-se na disputa por oportunidade, espaço, visibilidade e direitos civis assegurados.

Analisando a formação do Brasil, seu processo de urbanização, a construção das cidades, o contexto político atual e o carnaval de rua de Belo Horizonte como uma manifestação política e cultural que reivindica a apropriação dos espaços públicos, fica evidente a necessidade de discussão em relação ao papel do Design bem como as suas possíveis aplicações em relação a serviços públicos e de infraestrutura. O artigo apresenta como desdobramento a necessidade da investigação voltada a aplicações do design, como na mediação de relações traçadas no ambiente urbano. O olhar multidisciplinar do Design pode e deve ser aplicado às cidades que se mostram cada vez mais desafiadoras no que tange suas questões materiais e a relação entre as pessoas.

The Right To Urban Environments: Reflections On Design And Carnival

Abstract: This article aims to highlight fissures in the democratic structure of the city of Belo Horizonte regarding the use of its urban environments and, based on these, present democratic alternatives that can be thought through design. To this end, it narrates the impasses experienced by the people in search of the right to inhabit public spaces in the capital of Minas Gerais, versus invisible barriers that hinder and disturb this access, in view of the concept of environments presented by Cavalcanti and Elali (2011). In emphasis, there is street carnival as a popular manifestation that presents a way of doing politics with a specific aesthetic that proposes reflection on the rights and power of the people - concepts presented by the theoretical construction of Lefebvre (2001). Therefore, the city is highlighted in the carnival as a space that shelters and concomitantly is the scene of several human lives, in addition to reflecting the existing power structures. Accordingly, it aims to point out the contributions of environment design to the creation of more democratic environments. The article is a partial result of the research project entitled "Urban Political Discourse: relations between design and the ambiances of Belo Horizonte in street carnival" that was guided by a simple case study based on qualitative research, using a review bibliographic, desk and documentary.

Keywords: Urban environments; carnival; citizenship; design

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Tito Flavio Rodrigues de. Vastos Subúrbios Da Nova Capital: Formação Do Espaço Urbano Na Primeira Periferia De Belo Horizonte, in: **Tese Apresentada Ao Curso De Doutorado Do Programa De Pós Graduação Em História Da Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas Da Universidade Federal De Minas Gerais**. Belo Horizonte: Universidade Federal De Minas Gerais, 2006
- ARRAIS, Cristiano. A Construção De Belo Horizonte E O Projeto De Memória De Aarão Reis, in: **Diálogos – Revista Do Departamento De História E Do Programa De Pós Graduação Em História, vol. 14**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução A Uma Antropologia Da Supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994
- BAHIA, Isabella. O Valor Do Design De Ambientes: Considerações Acerca Do Processo De Construção De Valor Em Design De Ambientes, in: **Dissertação Apresentada Ao Programa De Pós Graduação Em Design Da Universidade Do Estado De Minas Gerais**. Belo Horizonte: Escola De Design Da Universidade Do Estado De Minas Gerais, 2017

BARTOLY, Flávio. Debates E Perspectivas Do Lugar Na Geografia, in: **Geographia – Revista Do Programa De Pós Graduação Em Geografia Da UFFF, vol. 13**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2011

BATISTA, Elisangela. Direito À Cidade: O Design No Processo De Retomada Da Cidade De Belo Horizonte, in: **Cuadernos Del Centro De Estudios En Diseño Y Comunicación, no. 69**. Buenos Aires: Universidad de Palermo, 2018

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança E Medo Na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEZERRA, Charles. **O Designer Humilde. Logica E Ética Para Inovação**. São Paulo: Rosari, 2012

CANUTO, Frederico. Da Carnavalização Do Planejamento Urbano Para Belo Horizonte-Para-A-Guerra: Da Política Ao Político E Vice-Versa, in: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18**. 2016.

CARDOSO, Rafael. **Design Para Um Mundo Complexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2012

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice. **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice. **Psicologia Ambiental: Conceitos Para A Leitura Da Relação Pessoa-Ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2018

CERTEAU, Michel de. **A Invenção Do Cotidiano: 1. Artes De Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2012

COSTA, Fábio R. ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: Conceitos E Paradigmas – Apontamentos Preliminares, in: **Revista De Geografia, Meio Ambiente E Ensino, vol. 1**. Paraná: Universidade Estadual Do Paraná, 2010

D'ARC, Hélène; MEMOLI, Maurizio. **Intervenções Urbanas Na América Latina: Viver No Centro Das Cidades**. São Paulo: SENAC, 2012

DEWEY, John. **A democracia é radical**. Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1937

DEWEY, John. **Logique**. La théorie de l'enquête. Paris: 1993.

DIAS, P. L. C. Sob A "Lente Do Espaço Vivido": A Apropriação Das Ruas Pelos Blocos De Carnaval Na Belo Horizonte Contemporânea, in: **Dissertação Mestrado Em Arquitetura – Escola De Arquitetura Da Universidade Federal De Minas Gerais**. Belo Horizonte: Universidade Federal De Minas Gerais, 2015.

FILHO, Hilario Figueiredo Pereira. Glórias, Conquistas, Perdas E Disputas: As Muitas Máscaras Dos Carnavais De Rua Em Belo Horizonte (1899-1936), in: **Dissertações De Mestrado**. Belo Horizonte: Universidade Federal De Minas Gerais, 2006

FLUSSER, Vilém. **O Mundo Codificado: Por Uma Filosofia Do Design E Da Comunicação**. São Paulo: Cosac & Naify, 2007

FRANCO, Augusto; POGREBINSCHI, Thamy. **Democracia Cooperativa: Escritos Políticos Escolhidos De John Dewey**. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2008

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013

GOFF, Jacques Le. **Para Um Novo Conceito De Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do Direito A Cidade A Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

LIPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcelona, 2004

LOPES, Henderson Marques. Aarão Reis: Pensamento Econômico, Social E Político De Inspiração Positivista, in: **Revista Eletrônica De Economia, no. 1**. Juiz de Fora: Faculdade de Ciências Econômicas Vianna Junior, 2010

LYNCH, Kevin. **A Imagem Da Cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011

MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. **3ª Conferência Nacional das Cidades**. Brasília, 2007

MONTANER, Josep Maria. **Arquitetura e política**: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M.. O lugar como uma construção social. **Revista Formação (Presidente Prudente)**, n. 14, v. 2, p. 48-60, 2008.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. **Glórias, conquistas, perdas e disputas**: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899-1936). 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SALGUEIRO, Heliana. **Cidades Capitais Do Século XIX**: Racionalidade, Cosmopolitismo E Transferência. São Paulo, EDUSP, 1997

SANCHEZ, F. Políticas Urbanas em Renovação: Uma Leitura Crítica dos Modelos Emergentes, in: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, no. 1. São Paulo, 1999

SANTOS, Geórgia Caetano. EU QUERO É "BOTAR" O MEU BLOCO NA RUA: UMA ANÁLISE DO CARNAVAL DE BELO HORIZONTE ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2015 In: **Turismo - Visão e Ação**, vol. 18, núm. 2, maio-agosto, 2016.

SOUZA, José de. Uma Sociologia Da Vida Cotidiana – Ensaio Na Perspectiva De Florestan Fernandes, De Wright Mills E De Henri Lefebvre, in: **Caderno CRH, no. 77**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.